O décimo primeiro a décimo terceiro fundamentos dizem respeito a erros de direito materiais relativos ao terreno.

O décimo primeiro fundamento respeita ao facto de o acórdão recorrido ter rejeitado as tímidas avaliações constantes das Actas do Conselho de Orleães de 27 de Maio de 1994 por se tratarem de um «sumário muito breve sem explicações detalhadas».

O décimo segundo fundamento de recurso refere-se ao método para calcular o montante do auxílio de Estado no caso de transferências em espécie e é similar ao nono fundamento. Na falta de uma avaliação à data da concessão do auxílio ou do concurso público, a Comissão pode legalmente utilizar os custos em substituição do valor. Isto era particularmente adequado no caso presente, visto a terceira compra de terreno ter ocorrido em função das necessidades da Scott. A argumentação do acórdão recorrido no que respeita à alegada auditoria fiscal assenta em alegadas irregularidades processuais e noutros erros de direito, e, de qualquer modo, é substancialmente errada.

O décimo terceiro fundamento diz respeito a alegados erros cometidos pela Comissão na aplicação do método baseado nos custos. As conclusões do acórdão recorrido assentam em alegadas irregularidades processuais e noutros erros de direito. A Comissão utilizou o valor mais baixo possível do terreno conforme declarado pela França e pela Scott. Os factos e provas em apoio da posição da Comissão são os seguintes: o Documento da Oferta; as avaliações de Galtier e do Commissaire aux Apports invocadas; as Actas do Conselho de Orleães de 27 de Maio de 1994; e o preço médio da aquisição das três parcelas de terreno. Não há qualquer base jurídica para anular a decisão impugnada com o fundamento de que o auxílio de Estado poderia ter sido superior.

O décimo quarto fundamento diz respeito à injunção para prestação de informações, em particular no que respeita ao terreno, ao método baseado nos custos para calcular o montante dos auxílios de Estado e à aquisição das três parcelas de terreno. Esta é uma questão processual, mas é tratada no final por estar relacionada com o décimo terceiro fundamento.

Através do décimo quinto fundamento, a Comissão pede ao Tribunal de Justiça que anule o acórdão recorrido em virtude da distorção, pelo Tribunal de Primeira Instância, do sentido claro das provas que tinha perante si e, em particular, em virtude de o Tribunal de Primeira Instância ter substituído a argumentação da decisão impugnada pela sua própria argumentação.

Pedido de decisão prejudicial apresentado pelo Regeringsrätten (Suécia) em 15 de Junho de 2007 — Kollektivavtalsstiftelsen TRR Trygghetsrådet/Skatteverket

(Processo C-291/07)

(2007/C 183/46)

Língua do processo: sueco

Órgão jurisdicional de reenvio

Regeringsrätten

Partes no processo principal

Recorrente: Kollektivavtalsstiftelsen TRR Trygghetsrådet

Recorrida: Skatteverket

Questão prejudicial

Os artigos 9.º, n.º 2, alínea e), e 21.º, n.º 1, alínea b), da Sexta Directiva IVA ⁽¹⁾ e os artigos 56.º, n.º 1, alínea c), e 196.º da directiva do Conselho ⁽²⁾ relativa ao sistema comum do imposto sobre o valor acrescentado [2006/112/CE], devem ser interpretados no sentido de que quem adquira serviços de consultadoria a um sujeito passivo noutro país da CE e exerça tanto actividades económicas como actividades que não são abrangidas pelo âmbito de aplicação das directivas deve ser considerado sujeito passivo, para efeitos da aplicação desses artigos, mesmo que a aquisição se destine exclusivamente a estas últimas actividades?

⁽¹⁾ JO L 145, p. 1.

⁽²⁾ JO L 347, p. 1.

Acção intentada em 18 de Junho de 2007 — Comissão das Comunidades Europeias/República Helénica

(Processo C-293/07)

(2007/C 183/47)

Língua do processo: grego

Partes

Demandante: Comissão das Comunidades Europeias (representantes: M. Konstantinidis e D. Recchia)

Demandada: República Helénica